

## **Africanos mostram que reforma agrária não passa só pela terra**

**Mesmo nos países do continente que realizaram a redistribuição de terras há décadas, a questão da pobreza no campo não foi resolvida. Ao contrário, novas formas de pressão surgidas a partir da aplicação de políticas neoliberais iniciaram um processo que arrasta os trabalhadores rurais para a pobreza.**

*Maurício Thuswohl- Agencia Carta Maior<sup>1</sup>  
6 de diciembre de 2004*

**Valência** – Para se realizar a reforma agrária, não basta somente redistribuir terras para os camponeses. Se não forem dadas as condições técnicas e econômicas necessárias para que a terra possa ser trabalhada e para que a produção agrícola seja desenvolvida a contento, o passar do tempo fará com que a mera redistribuição não signifique uma melhora real no nível de vida da população rural e acabe evoluindo para novas formas de conflito. Os relatos de representantes africanos presentes ao I Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária, que acontece em Valência até o dia 8 de dezembro, mostram que, mesmo nos países do continente que realizaram a redistribuição de terras há décadas, a questão da pobreza no campo não foi resolvida. Ao contrário, novas formas de pressão surgidas a partir da aplicação de políticas neoliberais pelos diversos governos colocaram em marcha, na África, um processo de contra-reforma agrária que começa a arrastar os trabalhadores rurais para uma pobreza semelhante ou ainda mais acentuada do que conheceram na época em que seus países ainda eram colônias das potências européias.

Moçambique é um caso emblemático. O país do sul da África, assim que se libertou da dominação de Portugal em 1975, realizou uma revolução de cunho socialista que redistribuiu a terra tomada dos colonizadores para toda a população. Sob o lema "terra para quem a trabalha", a reforma agrária moçambicana conheceu um sucesso razoável até 1987, quando o governo do país, pressionado pelas instituições de Bretton Woods, decidiu ingressar na economia de mercado. Desde então, as conquistas obtidas pelos trabalhadores rurais de Moçambique vêm sendo revertidas. Sem equipamentos para trabalhar e produzir de forma satisfatória, os camponeses acabam abandonando a terra, migrando para as cidades maiores e engrossando os bolsões de miséria. Para piorar, uma lei criada em 1997 passou a permitir que os camponeses em dificuldades econômicas pudessem vender suas propriedades para as grandes empresas transnacionais, que se tornaram as principais donas de terra no país.

"Esta lei de 1997, na prática, significou o início da contra-reforma agrária em meu país", afirma Ismael Oussemane, membro da direção da União Nacional de Camponeses de Moçambique (Unac). Segundo Ousmane, existe atualmente uma pressão muito grande para que os camponeses deixem suas terras para as grandes empresas: "Primeiro, o governo não implementa qualquer política pública para possibilitar aos camponeses acesso a um maquinário moderno e a linhas de crédito agrícola. Em seguida, o governo diz que, se os camponeses não têm condições de trabalhar a terra, então é melhor vendê-la para as grandes empresas. Estamos perdendo

---

<sup>1</sup> Cobertura jornalística realizada com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil

a terra para grandes grupos capitalistas, sob o pretexto de que não temos capacidade para utilizá-la, quando, na verdade, a realidade econômica impossibilita-nos de produzir", diz.

País vizinho a Moçambique e que jamais havia realizado a reforma agrária, o Zimbábue ganhou as manchetes dos jornais em todo o mundo nos últimos cinco anos depois que o presidente Robert Mugabe iniciou um processo de confisco de terras da população branca descendente de europeus para redistribuí-las para a maioria negra da população. O descontrole do processo e os constantes relatos de casos de violação dos direitos humanos dos proprietários rurais brancos, no entanto, fazem com que a reforma no Zimbábue seja bombardeada de críticas pelos países mais desenvolvidos e tenha a desconfiança dos vizinhos africanos. Curiosamente, o país não enviou representantes ao FMRA. Para Ismael Ousmane, o processo de redistribuição de terras no Zimbábue é justo, mas não a forma como vem ocorrendo: "O governo tem caráter populista e, para não perder eleições e deixar o poder, iniciou uma reforma agrária de maneira muito atabalhoada, que vem deixando um rastro de muitos problemas", afirma.

### **Falta água no norte da África**

Na outra ponta do continente africano, a cobiça das grandes empresas pelas terras dos camponeses também é uma realidade. Se, a partir da ação dos colonizadores, países como a Argélia e a Líbia já fizeram suas reformas há 40 e 30 anos, respectivamente, em outras nações do norte da África a situação é bem mais complicada. No Egito, o principal problema é fazer chegar água às propriedades rurais. Dirigente da Associação de Agricultores do Egito, Mohamed Ahmed afirma que o governo de seu país reúne condições de "distribuir terra e água para os camponeses", mas não o faz por falta de vontade política: "Existem projetos de irrigação para trazer a água do rio Nilo e também para aproveitar a água da chuva. Ter terras irrigadas e cultivadas é um objetivo perfeitamente factível no Egito, apesar do clima. O dia em que realizarmos isso, nós ficaremos ricos", afirma.

No Marrocos, onde existe déficit de alguns produtos agrícolas por causa das dificuldades climáticas, o governo finalizou, em 1986, um processo de reforma agrária que redistribuiu 325 mil hectares de terra para os camponeses. Lá, o sistema utilizado foi o da concessão indireta, com o governo estimulando a criação de cooperativas de agricultores e possibilitando-lhes aceder a créditos para equipamentos e água, com pagamento em 20 anos a juros baixos. Foram criadas 782 cooperativas em todo o país, mas, agora que o prazo do acordo com o governo está se esgotando, percebe-se que a pobreza no campo permanece igual ou pior do que era quando o processo de reforma foi iniciado, ainda na década de sessenta.

Para Belhaord Jave, que representa os agricultores marroquinos no FMRA, o processo de reforma agrária idealizado pelo governo já se esgotou, mas o país ainda não conseguiu encontrar uma alternativa: "No Marrocos, foi feito um tipo diferente de reforma agrária que serviu em determinado momento histórico, mas jamais atendeu às reais necessidades dos camponeses", afirma. Segundo Jave, o problema acabou tornando-se maior do que no passado: "Quando a reforma agrária foi encenada, a população rural do país contava-se por centenas de milhares. Agora, já somos 30 milhões de pessoas, e o problema é que a terra não é elástica e permanece do mesmo

tamanho. O Marrocos ainda precisa pensar um novo modelo que crie condições para a promoção da agricultura e para o desenvolvimento econômico em meio rural", diz.

### **Luta contra o neoliberalismo**

As pressões do neoliberalismo vindas das nações mais ricas também causam problemas em muitos outros países da África. Na Nigéria, mais da metade das terras já está em poder das grandes empresas transnacionais do setor petrolífero, que, em geral, mantém ociosas suas propriedades enquanto o povo passa fome. Na Costa do Marfim, a ação do governo e da imprensa ligada ao mercado financeiro e aos grandes proprietários rurais transformou artificialmente os conflitos pela posse da terra em conflitos étnicos. No Mali, a pressão econômica fez com que as populações nômades, que há séculos habitam o norte desértico do país, tornassem-se sedentárias, aumentando a disputa pela terra e também a pobreza: "Meu país é grande, mas a quantidade de terra boa para a agricultura é muito pequena. A situação está cada vez mais difícil", lamenta Ousmane Diallo, que é dirigente da associação de Trabalhadores Rurais do Mali (AOPP, sigla em inglês).

Diante dessa diversidade de casos, que têm em comum apenas o fato de provar que apenas redistribuir terras pode não significar nada, parece evidente que uma verdadeira e vitoriosa reforma agrária na África somente realizar-se-á no quadro de uma luta mais ampla contra a ganância dos conglomerados transnacionais e do capitalismo neoliberal. O egípcio Mohamed Ahmed alerta que, além da grande quantidade de terra ociosa, existem também as áreas cultivadas nas quais grandes empresas do setor de biotecnologia testam seus pesticidas e inseticidas, trazendo risco às populações locais: "Somos cobaias de laboratório para o setor de biotecnologia", diz.

Uma afirmação do moçambicano Ismael Oussemane parece resumir o sentimento dos dirigentes camponeses africanos presentes ao FMRA: "Na maioria dos países da África, a reforma agrária foi realizada pela ação dos colonizadores ou no âmbito das lutas de libertação nacional. Agora, no século XXI, vemos que os avanços obtidos vão sendo rapidamente solapados e que só é possível ter sucesso na luta pela reforma agrária se ela estiver enquadrada na luta maior contra o neoliberalismo"